



DIOCESE DE HUMAITÁ

“Igreja missionária a serviço da vida”



Carta Aberta dos Povos Ribeirinhos, Agricultores, Pescadores, Extrativistas que vivem nos lagos, igarapés e paranás do Beiradão do rio Madeira, de Humaitá e Manicoré, sul do Amazonas.

Nós, Povos Originários e Comunidades Tradicionais, Guardiões da Floresta Amazônica, que vivemos nos lagos, igarapés, paranás do Beiradão no Rio Madeira em áreas de várzea e terra firme, dos municípios de Humaitá e Manicoré, sul do Amazonas, estivemos reunidos no curso de formação Bíblia e Ecologia, da Área Missionária da Diocese de Humaitá, durante os dias 25 a 27 de abril de 2024. Estiveram presentes: 20 comunidades representadas por suas lideranças, as organizações não governamentais e núcleos de pesquisa: CPT¹ de Rondônia, CEBs² e CPT de Minas Gerais, Cáritas da Diocese de Humaitá e Núcleo de Estudos de Políticas Territoriais na Amazônia da UFAM³. Compartilhamos nossas experiências e refletimos sobre as mudanças pelas quais a região tem passado. Queremos denunciar que nosso modo de vida, nossa cultura tradicional ribeirinha desde tempos ancestrais, além de nossos direitos à terra e ao território, à educação, à saúde e ao meio ambiente saudável estão sendo brutalmente ameaçados.

Com a implementação dos grandes projetos governamentais como o Usina Hidrelétrica (UHE) Santo Antônio e Jirau, a vida no rio Madeira piorou muito. As mudanças climáticas estão nos atingindo diretamente, com eventos extremos nunca vistos antes. Em 2014 enfrentamos uma grande enchente que destruiu muitas comunidades ribeirinhas em todo o Beiradão; em 2023 tivemos uma grande seca que impediu a comercialização de nossos produtos, afetou nosso abastecimento de água e aumentou ainda mais as dificuldades de viver, de estudar e de nos deslocarmos das comunidades para as cidades.

Com o rio Madeira ameaçado, nossa vida também está ameaçada, pois é do rio Madeira que tiramos nosso sustento, mata nossa fome e nossa sede. É o nosso caminho! É nossa estrada! Toda mudança nos atinge. Secando o rio, seca nossos territórios, mata os peixes, impede os peixes de procriarem, mata nossos povos de fome, prejudica nossa cultura de vazante, prejudica nosso solo. Essa situação traz grande insegurança, obrigando muitas famílias a abandonarem suas terras, tentando sobreviver com muitas dificuldades nas periferias da cidade.

Nossa juventude está com a continuidade de seus estudos prejudicada, pois o ensino médio, que é realizado via mediação tecnológica, em alguns locais ainda não começou neste ano de 2024. Por uma série de questões, como a falta de transporte dos jovens para as comunidades

¹ Comissão Pastoral da Terra.

² Comunidades Eclesiais de Base.

³ Universidade Federal do Amazonas.

polos, falta de merenda, mas a principal é a falta de professores que residam nas comunidades. Essa situação tem contribuído para a evasão escolar e deslocamento forçado das famílias para cidade em busca de escola para seus filhos.

Por conta disso, nos preocupamos com essa realidade, pois coloca em risco a nossa existência enquanto comunidades tradicionais ribeirinhas do Beiradão, lagos e igarapés do rio Madeira. Nossos direitos estão sendo violados, sobretudo, porque a educação escolar é direito constitucional, que está nos sendo negado. Vivemos ainda uma generalizada falta de informações, temos conhecimento de nossos direitos, mas estamos em insegurança jurídica em nossos territórios.

Em contraste com o apoio concedido pelos governos ao avanço do agronegócio de grãos e da pecuária que se estabelece de forma violenta na monopolização do território da região, não temos incentivo à produção, não conseguimos ter acesso a nenhum tipo de financiamento de apoio às nossas tradicionais e sustentáveis formas de extrativismo e agricultura. Muitas famílias, sem alternativas, são obrigadas a se voltarem para o garimpo e lamentam profundamente os modos como o governo federal tem agido, inclusive causando danos ambientais muito perverso quando explodem as pequenas balsas das famílias, cobertas de palha e lona, locais onde muitos residem com suas famílias, e com o ateamento de fogo nelas tiveram seus destroços jogados no rio, lagos e igarapés. Política de repressão para questão social é injustiça.

Destacamos que muitas famílias vivem perto do rio e não têm acesso a água potável, pois o rio Madeira já apresenta índices graves de contaminação de mercúrio, conforme dados das Universidades Públicas e Institutos de pesquisa. Além da existência de comunidades que não tem acesso a água potável;

Precisamos de mais presença do governo com políticas públicas que levem em consideração nossas realidades, como:

- Apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar;
- Apoio à regularização e formação de associações nas comunidades ribeirinhas;
- Saneamento básico nas comunidades à beira do rio;
- Dragagem (limpeza do rio) na época da seca;
- Projetos de reflorestamento;
- Construção de poços artesianos;
- Recuperação da mata ciliar;
- Campanha para utilização racional do uso da água;
- Incentivo da agricultura orgânica e a uso de produtos florestais, não madeireiros, como óleos essenciais, castanha, açaí, copaíba, andiroba.
- Remuneração dos ribeirinhos pelo trabalho de preservação da floresta amazônica.